

GETOR DE LICITAÇÕES  
Folha nº 1514  
Assinatura: Rosângela  
Visto

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 138/2014, QUE TEM POR OBJETO ALTERAÇÃO DAS CLÁUSULAS 2.1 E 2.3 DO CONTRATO ORIGINAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA E A CONSTRUTORA REMO LTDA.**

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.260.489/0001-04, com sede à Praça Antônio Alves Faria, s/nº, Bairro Centro, Município de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por de sua Prefeita Edilamar Novais Borges, doravante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa Construtora Remo Ltda., estabelecida à Avenida Francisco Sales, nº 1.838, 1º Andar, Bairro São Lucas, Belo Horizonte-MG, CNPJ nº 18.225.557/0001-96, pelo seu representante infra-assinado Sr. Sérgio Mohallem, CPF nº 102.478.906-34, RG nº 6.683/D CREA, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do **Processo Licitatório nº 04/2014 - Pregão nº 01/2014**, firmam o presente termo aditivo ao contrato, obedecido às disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO**

1.1. Constitui objeto do presente termo aditivo a alteração das cláusulas 2.1 e 2.3 do contrato original, conforme justificativa anexa, passando assim a vigorar com a seguinte redação:

“2.1. O presente contrato tem o valor global de **R\$ 337.610,16 (Trezentos e trinta e sete mil, seiscentos e dez reais e dezesseis centavos)**, pelo período de 12 (doze) meses, consubstanciando-se em:

- a) 03 (três) parcelas iguais e mensais no valor de **R\$ 27.567,72 (Vinte e sete mil, quinhentos e sessenta e sete reais e setenta e dois centavos)**, referente à prestação dos serviços dos meses de janeiro a março de 2016; e
- b) 09 (nove) parcelas iguais e mensais no valor de **R\$ 28.323,00 (Vinte e oito mil e trezentos e vinte e três reais)**, referente à prestação dos serviços dos meses de abril a dezembro de 2016.”

“2.3. Para fins de apuração dos valores estabelecidos no item 2.1 desta Cláusula, o valor a ser pago por Ponto de Iluminação Pública será de **R\$ 6,57 (Seis reais e cinquenta e sete centavos)** para os meses de janeiro a março de 2016 e de **R\$ 6,75 (seis reais e setenta e cinco centavos)** para os meses de abril a dezembro de 2016, considerando que o município de Tupaciguara possui, para fins de pagamento, o quantitativo total de **4.196 (Quatro mil, cento e noventa e seis)**, de Pontos de Iluminação Pública, sendo vedado qualquer tipo de cobrança retroativa relativa ao aumento de quantitativo ocorrido no ano de 2015.”

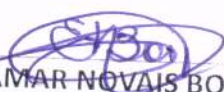
**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES**

2.1. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições previstas no contrato de origem.

E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento em 03 (três) vias, na presença das testemunhas presenciais ao ato.

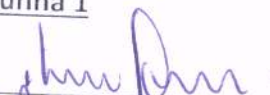
Tupaciguara -MG, 31 de março de 2016.




  
EDILAMAR NOVAIS BORGES  
PREFEITA MUNICIPAL  
CONTRATANTE

  
SÉRGIO MOHALLEM  
CONSTRUTORA REMO LTDA.  
CONTRATADA

Testemunha 1

Ass.:   
Nome: Rosângela A. Mourim  
C.I.: 5620768-6  
CPF: 782 667 189-20

Testemunha 2

Ass.:   
Nome: \_\_\_\_\_  
C.I.: \_\_\_\_\_  
CPF: Robson R. C. Carmona  
CREA SP - 5061511717/D  
Engenheiro Eletricista



## JUSTIFICATIVA DE ADITAMENTO CONTRATUAL

Processo Licitatório nº: 04/2014 - Pregão nº: 01/2014

Contrato Administrativo nº: 138/2014



### 1) DOS FATOS:

Na data de 04 de janeiro de 2016 foi protocolada junto ao CIDES uma solicitação encaminhada pela Construtora Remo Ltda. (anexa) a qual se pode extrair as seguintes informações:

→ *Início da vigência dos efeitos do art. 1º da Lei Federal nº 13.161/2015, artigo este que versa sobre a majoração de 2,00% (dois por cento) para 4,50% (quatro vírgula cinquenta por cento) da contribuição previdenciária devida sobre o faturamento da empresa, em virtude da inclusão do art. 7º-A na Lei Federal nº 12.546/2011;*

→ *Solicita, diante da alteração normativa, a revisão dos preços contratados junto aos municípios com o intuito de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro originalmente contratado, nos termos do art. 65, §5º, da Lei Federal nº 8.666/1993 e, ainda, cita o art. 65, inciso II, do mesmo diploma legal para reforçar o pedido; e*

→ *Requer o deferimento da revisão dos preços contratados constantes do Processo Licitatório nº 04/2014 – Pregão Presencial nº 01/2014, com a aplicação do percentual de 2,83% (dois vírgula oitenta e três por cento), conforme condições previstas no contrato e diante da modificação legal em tela, de forma que a revisão deverá ser aplicada em todos os faturamentos realizados a partir de 1º de dezembro de 2015.*

Ato contínuo, após o recebimento da solicitação, o então Presidente do CIDES, na data de 04 de janeiro de 2016, encaminhou resposta à solicitação (anexa), da qual podemos destacar:

→ *Solicitação de comprovação quanto ao formato da contribuição previdenciária efetuada pela Construtora Remo Ltda. com a apresentação dos documentos fiscais pertinentes;*

→ *Comprovação formal dos impactos causados pela nova legislação para o atendimento aos dispositivos do art. 65, § 5º, da Lei Federal nº 8.666/1993, com a apresentação de memória de cálculo e de planilha de composição de custos; e*

SETOR DE LICITAÇÕES
Folha nº 1517
Visto <i>Israamela</i>

2

→ Demonstração da forma de cálculo para a aplicação do percentual de 2,83% (dois vírgula oitenta e três por cento) sobre o valor contratado.

Após os questionamentos apresentados pelo CIDES, a Construtora Remo Ltda. encaminhou, mediante documento protocolado em 27/01/2016, respostas quanto a estes (anexo), na qual necessitamos destacar:

→ A Construtora Remo Ltda. destaca que a condição menos gravosa para a empreiteira é a tributação de 4,5% sobre o faturamento, comparado com os 20% sobre a folha de pagamento;

→ A opção da empreiteira de tributação pelo faturamento se deu pelo recolhimento sobre o faturamento da competência do mês 12/2015 (conforme DARF apresentada);

→ Faz observação que na competência do mês 11/2015 o recolhimento foi de R\$ 277.684,15 sobre um faturamento de R\$ 13.884.207,55 (tributação de 2,00%) e, na competência do mês 12/2015, o recolhimento foi de R\$ 912.891,42 sobre um faturamento de R\$ 20.286.473,45 (tributação de 4,50%) – apresentação de DARFs e Comprovantes de Arrecadação emitidos pela Receita Federal;

→ Apresenta planilha sobre forma de apuração dos 2,83%, elucidando que tal percentual possui a finalidade de manutenção da margem líquida do contrato.

## 2) DOS FUNDAMENTOS E DA CONCLUSÃO:

Diante dos fatos e fundamentos apresentação, conclui-se que:

- Após análise do art. 7º da Lei Federal nº 12.546/2011, vê-se que a Construtora Remo Ltda. se enquadra no grupo de pessoas jurídicas (leia-se CNAE) que poderão optar pelo recolhimento previdenciário com base na receita bruta arrecada;

*Israamela* 



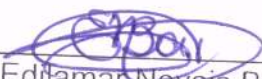
- Analisando também o art. 7º-A da mesma Lei Federal nº 12.546/2011 e considerando que a Construtora Remo Ltda. realiza seus recolhimentos previdenciários com base na receita bruta arrecadada (vide documentação da Receita Federal apresentada), comprova-se que houve a majoração da alíquota de 2,00% para 4,50% para o grupo de empresas em que a empreiteira está enquadrada (art. 7º-A c/c art. 7º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.546/2011);

- Com vistas à manutenção do equilíbrio contratual previsto no item 3.6.5 da Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 138/2014 firmado entre o município de Tupaciguara e a Construtora Remo Ltda. e também para o pleno atendimento ao art. 65, inciso II, alínea "d" c/c §5º do referido artigo e da Lei Federal nº 8.666/1993, faz-se pertinente e justa a alteração do valor contratado em virtude dos fatos ocorridos, utilizando-se o percentual de 2,83% demonstrado em planilha pela empreiteira;

- Diante das alterações postas com a incidência da nova alíquota, o valor unitário do Ponto de Iluminação Pública passará a ser de **R\$ 6,75 (seis reais e setenta e cinco centavos)**; e

- A aplicação do percentual de reajuste de 2,83% terá efeitos, conforme acordado expressamente com Construtora Remo Ltda. (documento anexo), a partir de 1º de abril de 2016.

Tupaciguara, 31 de março de 2016.

  
Edilamar Novais Borges  
Prefeita Municipal



**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 170/2014 VISTO QUE TEM  
POR OBJETO ALTERAÇÃO DAS CLÁUSULAS 2.1 E 2.3 DO CONTRATO  
ORIGINAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA  
VITÓRIA E A CONSTRUTORA REMO LTDA.**

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.457.226/0001-81, com sede à Av. Reinaldo Franco de Moraes, nº 1455, Bairro Centro, Município de Santa Vitória, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por de seu Prefeito Genésio Franco de Moraes Neto, doravante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa Construtora Remo Ltda., estabelecida à Avenida Francisco Sales, nº 1.838, 1º Andar, Bairro São Lucas, Belo Horizonte-MG, CNPJ nº 18.225.557/0001-96, pelo seu representante infra-assinado Sr. Sérgio Mohallem, CPF nº 102.478.906-34, RG nº 6.683/D CREA, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do **Processo Licitatório nº 04/2014 - Pregão nº 01/2014**, firmam o presente termo aditivo ao contrato, obedecido às disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO**

**1.1.** Constitui objeto do presente termo aditivo a alteração das cláusulas 2.1 e 2.3 do contrato original, conforme justificativa anexa, passando assim a vigorar com a seguinte redação:

"2.1. O presente contrato tem o valor global de **R\$ 259.403,04 (Duzentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e reais e quatro centavos)**, pelo período de 12 (doze) meses, consubstanciando-se em:

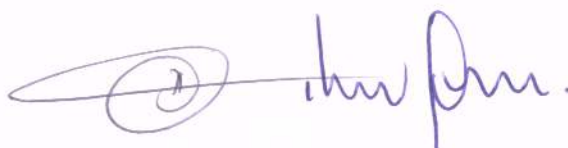
a) 03 (três) parcelas iguais e mensais no valor de **R\$ 21.181,68 (Vinte e um mil, cento e oitenta e um reais e sessenta e oito centavos)**, referente à prestação dos serviços dos meses de janeiro a março de 2016; e

b) 09 (nove) parcelas iguais e mensais no valor de **R\$ 21.762,00 ( Vinte e um mil, setecentos e sessenta e dois reais)**, referente à prestação dos serviços dos meses de abril a dezembro de 2016."

"2.3. Para fins de apuração dos valores estabelecidos no item 2.1 desta Cláusula, o valor a ser pago por Ponto de Iluminação Pública será de **R\$ 6,57 (Seis reais e cinquenta e sete centavos) para os meses de janeiro a março de 2016** e de **R\$ 6,75 (seis reais e setenta e cinco centavos) para os meses de abril a dezembro de 2016**, considerando que o município de Santa Vitória possui, para fins de pagamento, o quantitativo total de **3.224 (Três mil duzentos e vinte quatro)**, de Pontos de Iluminação Pública, sendo vedado qualquer tipo de cobrança retroativa relativa ao aumento de quantitativo ocorrido no ano de 2015."

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES**

**2.1.** Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições previstas no contrato de origem.




E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento em 03 (três) vias, na presença das testemunhas presenciais ao ato.

Santa Vitória -MG, 31 de março de 2016.

SETOR DE LICITAÇÃO

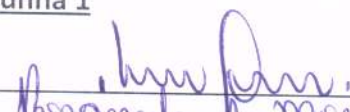
Folha nº 1520

Visto Assomgela


  
\_\_\_\_\_  
**GENÉSIO FRANCO DE MORAIS NETO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**  
**CONTRATANTE**

  
\_\_\_\_\_  
**SÉRGIO MOHALLEM**  
**CONSTRUTORA REMO LTDA.**  
**CONTRATADA**

Testemunha 1

Ass.:   
Nome: Assomgela F. Moura  
C.I.: 5 620 768 - 6  
CPF: 782 667 189 - 20

Testemunha 2

Ass.:   
Nome: \_\_\_\_\_  
C.I.: \_\_\_\_\_  
CPF: Robson R. C. Carmona  
CREA SP - 5061511717/D  
Engenheiro Eletricista



JUSTIFICATIVA DE ADITAMENTO CONTRATUAL

Processo Licitatório nº: 04/2014 - Pregão nº: 01/2014

Contrato Administrativo nº: 170/2014

1) DOS FATOS:

Na data de 04 de janeiro de 2016 foi protocolada junto ao CIDES uma solicitação encaminhada pela Construtora Remo Ltda. (anexa) a qual se pode extrair as seguintes informações:

→ *Início da vigência dos efeitos do art. 1º da Lei Federal nº 13.161/2015, artigo este que versa sobre a majoração de 2,00% (dois por cento) para 4,50% (quatro vírgula cinquenta por cento) da contribuição previdenciária devida sobre o faturamento da empresa, em virtude da inclusão do art. 7º-A na Lei Federal nº 12.546/2011;*

→ *Solicita, diante da alteração normativa, a revisão dos preços contratados junto aos municípios com o intuito de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro originalmente contratado, nos termos do art. 65, §5º, da Lei Federal nº 8.666/1993 e, ainda, cita o art. 65, inciso II, do mesmo diploma legal para reforçar o pedido; e*

→ *Requer o deferimento da revisão dos preços contratados constantes do Processo Licitatório nº 04/2014 – Pregão Presencial nº 01/2014, com a aplicação do percentual de 2,83% (dois vírgula oitenta e três por cento), conforme condições previstas no contrato e diante da modificação legal em tela, de forma que a revisão deverá ser aplicada em todos os faturamentos realizados a partir de 1º de dezembro de 2015.*

Ato contínuo, após o recebimento da solicitação, o então Presidente do CIDES, na data de 04 de janeiro de 2016, encaminhou resposta à solicitação (anexa), da qual podemos destacar:

→ *Solicitação de comprovação quanto ao formato da contribuição previdenciária efetuada pela Construtora Remo Ltda. com a apresentação dos documentos fiscais pertinentes;*

→ *Comprovação formal dos impactos causados pela nova legislação para o atendimento aos dispositivos do art. 65, § 5º, da Lei Federal nº 8.666/1993, com a apresentação de memória de cálculo e de planilha de composição de custos; e*

*Assangeles*





→ Demonstração da forma de cálculo para a aplicação do percentual de 2,83% (dois vírgula oitenta e três por cento) sobre o valor contratado.

Após os questionamentos apresentados pelo CIDES, a Construtora Remo Ltda. encaminhou, mediante documento protocolado em 27/01/2016, respostas quanto a estes (anexo), na qual necessitamos destacar:

→ A Construtora Remo Ltda. destaca que a condição menos gravosa para a empreiteira é a tributação de 4,5% sobre o faturamento, comparado com os 20% sobre a folha de pagamento;

→ A opção da empreiteira de tributação pelo faturamento se deu pelo recolhimento sobre o faturamento da competência do mês 12/2015 (conforme DARF apresentada);

→ Faz observação que na competência do mês 11/2015 o recolhimento foi de R\$ 277.684,15 sobre um faturamento de R\$ 13.884.207,55 (tributação de 2,00%) e, na competência do mês 12/2015, o recolhimento foi de R\$ 912.891,42 sobre um faturamento de R\$ 20.286.473,45 (tributação de 4,50%) – apresentação de DARFs e Comprovantes de Arrecadação emitidos pela Receita Federal;

→ Apresenta planilha sobre forma de apuração dos 2,83%, elucidando que tal percentual possui a finalidade de manutenção da margem líquida do contrato.

## 2) DOS FUNDAMENTOS E DA CONCLUSÃO:

Diante dos fatos e fundamentos apresentação, conclui-se que:

- Após análise do art. 7º da Lei Federal nº 12.546/2011, vê-se que a Construtora Remo Ltda. se enquadra no grupo de pessoas jurídicas (leia-se CNAE) que poderão optar pelo recolhimento previdenciário com base na receita bruta arrecada;

*[Handwritten signature]*




- Analisando também o art. 7º-A da mesma Lei Federal nº 12.546/2011 e considerando que a Construtora Remo Ltda. realiza seus recolhimentos previdenciários com base na receita bruta arrecadada (vide documentação da Receita Federal apresentada), comprova-se que houve a majoração da alíquota de 2,00% para 4,50% para o grupo de empresas em que a empreiteira está enquadrada (art. 7º-A c/c art. 7º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.546/2011);

- Com vistas à manutenção do equilíbrio contratual previsto no item 3.6.5 da Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 170/2014 firmado entre o município de Santa Vitória e a Construtora Remo Ltda. e também para o pleno atendimento ao art. 65, inciso II, alínea "d" c/c §5º do referido artigo e da Lei Federal nº 8.666/1993, faz-se pertinente e justa a alteração do valor contratado em virtude dos fatos ocorridos, utilizando-se o percentual de 2,83% demonstrado em planilha pela empreiteira;

- Diante das alterações postas com a incidência da nova alíquota, o valor unitário do Ponto de Iluminação Pública passará a ser de **R\$ 6,75 (seis reais e setenta e cinco centavos)**; e

- A aplicação do percentual de reajuste de 2,83% terá efeitos, conforme acordado expressamente com Construtora Remo Ltda. (documento anexo), **a partir de 1º de abril de 2016.**

Santa Vitória, 31 de março de 2016.

  
\_\_\_\_\_  
Genésio Franco de Moraes Neto  
Prefeito Municipal





**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2014, QUE TEM POR OBJETO ALTERAÇÃO DAS CLÁUSULAS 2.1 E 2.3 DO CONTRATO ORIGINAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPIAÇU E A CONSTRUTORA REMO LTDA.**

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE IPIAÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.457.259/0001-21, com sede à Rua Milton Campos, nº 344, Bairro Centro, Município de Ipiáçu, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por de seu Prefeito Leandro Luiz de Oliveira, doravante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa Construtora Remo Ltda., estabelecida à Avenida Francisco Sales, nº 1.838, 1º Andar, Bairro São Lucas, Belo Horizonte-MG, CNPJ nº 18.225.557/0001-96, pelo seu representante infra-assinado Sr. Sérgio Mohallem, CPF nº 102.478.906-34, RG nº 6.683/D CREA, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do **Processo Licitatório nº 04/2014 - Pregão nº 01/2014**, firmam o presente termo aditivo ao contrato, obedecendo às disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO**

**1.1.** Constitui objeto do presente termo aditivo a alteração das cláusulas 2.1 e 2.3 do contrato original, conforme justificativa anexa, passando assim a vigorar com a seguinte redação:

“2.1. O presente contrato tem o valor global de **R\$ 53.586,36 (Cinquenta e três mil, quinhentos e oitenta e seis reais e trinta e seis centavos)**, pelo período de 12 (doze) meses, consubstanciando-se em:

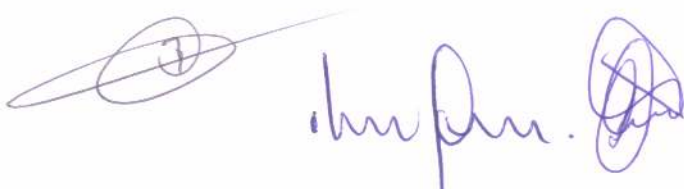
a) 03 (três) parcelas iguais e mensais no valor de **R\$ 4.375,62 (Quatro mil, trezentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos)**, referente à prestação dos serviços dos meses de janeiro a março de 2016; e

b) 09 (nove) parcelas iguais e mensais no valor de **R\$ 4.495,50 (Quatro mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos)**, referente à prestação dos serviços dos meses de abril a dezembro de 2016.”

“2.3. Para fins de apuração dos valores estabelecidos no item 2.1 desta Cláusula, o valor a ser pago por Ponto de Iluminação Pública será de **R\$ 6,57 (Seis reais e cinquenta e sete centavos)** para os meses de janeiro a março de 2016 e de **R\$ 6,75 (seis reais e setenta e cinco centavos)** para os meses de abril a dezembro de 2016, considerando que o município de Ipiáçu possui, para fins de pagamento, o quantitativo total de **666 (Seiscentos e sessenta e seis)**, de Pontos de Iluminação Pública, sendo vedado qualquer tipo de cobrança retroativa relativa ao aumento de quantitativo ocorrido no ano de 2015.”

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES**

**2.1.** Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições previstas no contrato de origem.



E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento em 03 (três) vias, na presença das testemunhas presenciais ao ato.

Ipiaçu -MG, 31 de março de 2016.

LEANDRO LUIZ DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

SÉRGIO MOHALLEM  
CONSTRUTORA REMO LTDA.  
CONTRATADA

SETOR DE LICITAÇÃO  
Folha nº 1525  
Visto Rosângela

Testemunha 1

Ass.:   
Nome: Rosângela A. Moura  
C.I.: 5620768-6  
CPF: 782667189-20

Testemunha 2

Ass.:   
Nome: Robson R. C. Carmona  
C.I.: CREA SP - 506111717/D  
CPF: Engenheir.



## JUSTIFICATIVA DE ADITAMENTO CONTRATUAL



Processo Licitatório nº: 04/2014 - Pregão nº: 01/2014

Contrato Administrativo nº: 36/2014

### 1) DOS FATOS:

Na data de 04 de janeiro de 2016 foi protocolada junto ao CIDES uma solicitação encaminhada pela Construtora Remo Ltda. (anexa) a qual se pode extrair as seguintes informações:

→ *Início da vigência dos efeitos do art. 1º da Lei Federal nº 13.161/2015, artigo este que versa sobre a majoração de 2,00% (dois por cento) para 4,50% (quatro vírgula cinquenta por cento) da contribuição previdenciária devida sobre o faturamento da empresa, em virtude da inclusão do art. 7º-A na Lei Federal nº 12.546/2011;*

→ *Solicita, diante da alteração normativa, a revisão dos preços contratados junto aos municípios com o intuito de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro originalmente contratado, nos termos do art. 65, §5º, da Lei Federal nº 8.666/1993 e, ainda, cita o art. 65, inciso II, do mesmo diploma legal para reforçar o pedido; e*

→ *Requer o deferimento da revisão dos preços contratados constantes do Processo Licitatório nº 04/2014 – Pregão Presencial nº 01/2014, com a aplicação do percentual de 2,83% (dois vírgula oitenta e três por cento), conforme condições previstas no contrato e diante da modificação legal em tela, de forma que a revisão deverá ser aplicada em todos os faturamentos realizados a partir de 1º de dezembro de 2015.*

Ato contínuo, após o recebimento da solicitação, o então Presidente do CIDES, na data de 04 de janeiro de 2016, encaminhou resposta à solicitação (anexa), da qual podemos destacar:

→ *Solicitação de comprovação quanto ao formato da contribuição previdenciária efetuada pela Construtora Remo Ltda. com a apresentação dos documentos fiscais pertinentes;*

→ *Comprovação formal dos impactos causados pela nova legislação para o atendimento aos dispositivos do art. 65, § 5º, da Lei Federal nº 8.666/1993, com a apresentação de memória de cálculo e de planilha de composição de custos; e*

SETOR DE LICITAÇÕES
Folha nº 1527
Visto <i>hsangela</i>

→ Demonstração da forma de cálculo para a aplicação do percentual de 2,83% (dois vírgula oitenta e três por cento) sobre o valor contratado.

Após os questionamentos apresentados pelo CIDES, a Construtora Remo Ltda. encaminhou, mediante documento protocolado em 27/01/2016, respostas quanto a estes (anexo), na qual necessitamos destacar:

→ A Construtora Remo Ltda. destaca que a condição menos gravosa para a empreiteira é a tributação de 4,5% sobre o faturamento, comparado com os 20% sobre a folha de pagamento;

→ A opção da empreiteira de tributação pelo faturamento se deu pelo recolhimento sobre o faturamento da competência do mês 12/2015 (conforme DARF apresentada);


→ Faz observação que na competência do mês 11/2015 o recolhimento foi de R\$ 277.684,15 sobre um faturamento de R\$ 13.884.207,55 (tributação de 2,00%) e, na competência do mês 12/2015, o recolhimento foi de R\$ 912.891,42 sobre um faturamento de R\$ 20.286.473,45 (tributação de 4,50%) – apresentação de DARFs e Comprovantes de Arrecadação emitidos pela Receita Federal;

→ Apresenta planilha sobre forma de apuração dos 2,83%, elucidando que tal percentual possui a finalidade de manutenção da margem líquida do contrato.

## 2) DOS FUNDAMENTOS E DA CONCLUSÃO:

Diante dos fatos e fundamentos apresentação, conclui-se que:

- Após análise do art. 7º da Lei Federal nº 12.546/2011, vê-se que a Construtora Remo Ltda. se enquadra no grupo de pessoas jurídicas (leia-se CNAE) que poderão optar pelo recolhimento previdenciário com base na receita bruta arrecada;

*hsangela* 



SETOR DELICITAÇÕES  
Folha nº 1528  
Assomgela  
Visto 12.546/2011

- Analisando também o art. 7º-A da mesma Lei Federal considerando que a Construtora Remo Ltda. realiza seus recolhimentos previdenciários com base na receita bruta arrecadada (vide documentação da Receita Federal apresentada), comprova-se que houve a majoração da alíquota de 2,00% para 4,50% para o grupo de empresas em que a empreiteira está enquadrada (art. 7º-A c/c art. 7º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.546/2011);

- Com vistas à manutenção do equilíbrio contratual previsto no item 3.6.5 da Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 36/2014 firmado entre o município de Ipiaçu e a Construtora Remo Ltda. e também para o pleno atendimento ao art. 65, inciso II, alínea "d" c/c §5º do referido artigo e da Lei Federal nº 8.666/1993, faz-se pertinente e justa a alteração do valor contratado em virtude dos fatos ocorridos, utilizando-se o percentual de 2,83% demonstrado em planilha pela empreiteira;

- Diante das alterações postas com a incidência da nova alíquota, o valor unitário do Ponto de Iluminação Pública passará a ser de **R\$ 6,75 (seis reais e setenta e cinco centavos)**; e

- A aplicação do percentual de reajuste de 2,83% terá efeitos, conforme acordado expressamente com Construtora Remo Ltda. (documento anexo), a partir de 1º de abril de 2016.

Ipiaçu, 31 de março de 2016.

  
\_\_\_\_\_  
Leandro Luiz de Oliveira  
Prefeito Municipal

